



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO RECIFE RELATÓRIO FINAL

Recife, junho de 2013



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Introdução

Entre os dias 24 a 26 de maio de 2013 se realizou no Centro de Formação Paulo Freire, a Conferência Municipal do Recife. Durante estes três dias, representantes dos vários segmentos da sociedade envolvidos com a política urbana se reuniram na Conferência Municipal do Recife para discutir os desafios e apontar as prioridades para o investimento público, buscando fortalecer as instâncias e fóruns de discussão coletiva para a cidade. O evento contou com expressiva participação social, totalizando 135 entidades - sendo 49 governamentais e 86 de variados segmentos sociais -, com 339 delegados e 62 observadores/convidados.

O relatório aqui apresentado compila as contribuições formuladas e aprimoradas durante a Conferência e reflete a construção coletiva no sentido de oferecer diretrizes e definir prioridades para o desenvolvimento da política urbana do município.

Entretanto, para situar tais definições, se faz importante apontar alguns elementos do contexto local que dão sentido as propostas e diretrizes produzidas. Destacam-se os seguintes desafios postos na dinâmica local:

- Buscar o alinhamento institucional da gestão local com o estado e a União para a implantação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, principal debate atual pautado no âmbito nacional da Política Urbana;
- Promover a integração na gestão municipal, articulando as políticas setoriais urbanas no município que hoje estão na Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, Secretaria de Controle Urbano e Mobilidade, Secretaria de habitação, Secretaria de Saneamento e Secretaria de Meio Ambiente;
- Superar o déficit de discussões ampliadas sobre a política urbana, envolvendo todos os sujeitos envolvidos, em face do enfraquecimento dos espaços de gestão democrática decorrente da falta de integração e planejamento integrado das políticas no território;
- Enfrentamento aos graves problemas vivenciados na cidade, com destaque para a questão da mobilidade, da qualidade e infraestrutura do espaço público (drenagem urbana, saneamento), da verticalização, da especulação imobiliária e desarticulação no campo do planejamento urbano;
- Fortalecer a efervescência mais recente de mobilização e organização social em torno de alguns temas, projetos e intervenções urbanas, interagindo com os sujeitos históricos da luta pela Reforma Urbana;
- Avaliar a implementação e aprimoramento dos instrumentos da política urbana no município, bem como dos modelos de gestão, de desenvolvimento e de cidade vigentes;



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Tais debates se deram intensamente durante a exposição das 4 palestras proferidas por estudiosos, militantes e representantes da política de desenvolvimento urbano, assim como nos 7 grupos de trabalho e na plenária final. Os resultados estão sintetizados nas 19 propostas que serão encaminhadas ao Ministério das Cidades, nas 9 prioridades para a política estadual, que serão encaminhadas à 5ª Conferência Estadual das Cidades, e ainda nas 48 prioridades que foram elaboradas e apresentadas para serem incorporadas no âmbito da política municipal de desenvolvimento urbano.

Neste sentido, mesmo que não contemple toda a discussão contida na Conferência, esperamos que este relatório sirva de instrumento para a gestão democrática e participação social e que inaugure um novo momento na promoção da Reforma Urbana e do Direito à Cidade, fazendo com que o lema da 5ª Conferência Municipal do Recife - "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!" seja lembrado como símbolo de um movimento de mudança estrutural do espaço urbano na cidade.

Dados da 5ª Conferência Municipal do Recife

Data da Conferência: **24 a 26 de maio de 2013**

- Houve realização de eventos preparatórios, como seminários, oficinas, reuniões, passeatas?

Foram realizadas nove reuniões preparatórias

Quais os segmentos integram a Comissão Preparatória:

Número de integrantes:

- (1 representante) Poder Executivo Federal
- (1 representante) Poder Executivo Estadual
- (3 representante) Poder Executivo Municipal
- (3 representante) Movimentos Sociais e Populares
- (1 representante) Entidades de Trabalhadores
- (1 representante) Entidades Empresariais
- (1 representante) Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa
- (1 representante) Organizações não Governamentais

12 integrantes no total



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Metodologia

A 5ª Conferência Municipal do Recife foi organizada de modo a garantir momentos de reflexão, auxiliados pela apresentação de palestras, de formulação de propostas por meio dos trabalhos de grupos, e momentos de deliberação, nos quais foram aprovadas prioridades e foram eleitas as representações para a Conferência Estadual e para o futuro Conselho da Cidade do Recife.

O Evento teve a seguinte programação:

Sexta-feira – 24 de maio de 2013

- 18h - Início do Credenciamento das(os) delegadas(os)
- 19h - Abertura Solene
- 20h - Palestra Magna
- 21h - Apresentação Cultural
- 22h - Coquetel

Sábado – 25 de maio de 2013

- 8h30 - Continuação do credenciamento
- 9h - Aprovação do Regulamento da Conferência
- 10h30 - Intervalo
- 10h45 - Palestras e debates
- 12h - Encerramento do Credenciamento das delegadas(os) e início do Credenciamento das(os) suplentes
- 12h30 - Almoço
- 13h30 - Discussão em grupos de Trabalho
- 18h - Término das atividades do dia, encerramento do credenciamento das(os) suplentes e do prazo para inscrição de candidatas(os) a delegadas(os) à Conferência Estadual.

Domingo – 26 de maio de 2013

- 9h - Plenária - Apresentação dos grupos e deliberação das propostas
- 12h30 - Almoço
- 13h30 - Plenária - Apresentação dos grupos e deliberação das propostas
- 16h - Eleição de delegadas(os) à Conferência Estadual e Comissão de criação do Conselho da Cidade do Recife
- 17h - Apreciação e votação das moções
- 18h - Cerimônia de encerramento.

Para discussão dos temas relacionados às políticas nacionais, estaduais e locais foram organizados dois Grupos de Trabalho para atender à pauta proposta pela Conferência Nacional das Cidades e cinco Grupos de Trabalho, voltados para a elaboração e apresentação de prioridades para as políticas municipal e estadual. A seguir, são dispostos os grupos com as respectivas temáticas:

- Grupo 1 - Implantação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU;
- Grupo 2 - Discussão das prioridades do Ministério das Cidades para o período 2014-2016;
- Grupo 3 - Participação e Controle Social;
- Grupo 4 - Saneamento Ambiental;
- Grupo 5 - Mobilidade e Acessibilidade;



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Grupo 6 - Habitabilidade;
Grupo 7 - Planejamento Territorial.

Número de Participantes Credenciados da Conferência por segmentos:

- (085) do Poder Executivo Municipal
- (002) do Poder Legislativo Municipal
- (013) do Setor Público Federal
- (017) do Setor Público Estadual
- (100) dos Movimentos Sociais e Populares
- (010) das Entidades de Trabalhadores
- (013) das Entidades Empresariais
- (024) das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa
- (015) das Organizações não Governamentais
- (062) observadores/convidados

341 - TOTAL DE CREDENCIADOS



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Propostas aprovadas

As propostas aprovadas dividem-se em 3 partes descritas a seguir:

- 1ª parte: Texto Base Nacional.
(Foram apresentadas 9 propostas de um limite previsto de até 30 propostas)

O Texto Base Nacional aborda quatro grandes eixos temáticos relacionados diretamente ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU):

1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.
- 2ª parte: Texto de Apresentação das Prioridades do Ministério das Cidades para a Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016. (Foram apresentadas 10 propostas)
 - 3ª parte: Texto de Apresentação para Discussão das Prioridades Municipais e Estaduais para a Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016.

1ª Parte: Texto Base Nacional - Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU

Proposta nº1

Escolha o tema que a proposta se refere

■ 0. (Trecho introdutório "Estratégias para a Construção de Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano na perspectiva da Promoção da Reforma Urbana")

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Emenda Modificativa:

14. No Brasil, em termos institucionais, até 2003, ~~com a eleição do governo Lula,~~ os sucessivos governos nunca tiveram um projeto estratégico para as cidades brasileiras envolvendo, de forma articulada, as intervenções no campo da regulação do solo urbano, da habitação, do saneamento ambiental, e da mobilidade e **acessibilidade** e do transporte público.



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Proposta nº2

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Emenda Modificativa:

19. O Conselho das Cidades terá por finalidade fiscalizar, assessorar, estudar, propor e aprovar diretrizes para o desenvolvimento urbano e regional com participação social - **considerando a desigualdade de gênero e de raça** - e integração das políticas fundiária, de planejamento territorial e de habitação, de saneamento ambiental, de trânsito, de transporte, de mobilidade **e acessibilidade** urbana e rural e políticas de caráter ambiental **e cultural integrados**.

Proposta nº3

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Emenda Modificativa:

21. (... caput, ok ...)

...

VII [a] (* o texto original tem um erro: a repetição da numeração "VII") estabelecer normas e critérios para o licenciamento de empreendimentos ou atividades com significativo impacto socioambiental de âmbito regional ou nacional;

VII [b] estabelecer as normas e os critérios para a distribuição regional e setorial dos recursos sob gestão da União, em ações de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento **ambiental**, mobilidade **e acessibilidade**, e transporte urbano;



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Proposta nº4

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Emenda Modificativa:

28. Até 2014, o Ministério das Cidades deve elaborar e encaminhar à Presidência da República proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU) como instrumento institucional de caráter financeiro. Tem a finalidade de dar suporte às ações e formas de cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios para atender aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, composto por rubricas específicas para as áreas de habitação de interesse social, **regularização fundiária de interesse social**, saneamento ambiental de interesse social, transporte e mobilidade de interesse social, e programas urbanos estratégicos.

Proposta nº5

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Emenda Modificativa:

31. (... caput, ok ...)

II – recursos dos seguintes fundos: (i) Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; (ii) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, nas condições estabelecidas pelo seu Conselho Curador; (iii) Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS; (iv) Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS; e (v) Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional **e outros fundos que venham a ser criados, relacionados à temática do Desenvolvimento Urbano.**



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Proposta nº6

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Emenda Modificativa:

38. Até 2016, o Ministério das Cidades deve elaborar e implementar uma política de promoção da regularização fundiária urbana envolvendo (i) programas de assistência técnica a processos de regularização fundiária urbana nos municípios; (ii) a formação de agentes locais e sociais para a promoção de ações de regularização fundiária urbana; (iii) um plano de promoção da função social nos imóveis da União **ocupados informalmente por população de baixa renda**, vazios ou subutilizados para fins de habitação de interesse social.

Proposta nº7

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Emenda Modificativa:

41. A formação de agentes locais e sociais para a promoção de ações de regularização fundiária urbana deve ser desenvolvida em âmbito nacional, envolvendo municípios em todos os Estados da Federação e o Distrito Federal, e incluir os seguintes conteúdos: (i) procedimentos jurídicos, **técnicos** e administrativos para regularização fundiária de terrenos ocupados por população de baixa renda, em área de até 250 metros quadrados para fins de moradia; (ii) a instituição de zonas de especial interesse social, em áreas ocupadas pela população de baixa renda e em áreas vazias, vinculando seus usos à moradia de interesse social, e (iii) o combate à especulação imobiliária, à subutilização de terrenos vazios e à captura da valorização fundiária, decorrente dos investimentos públicos, para fins de investimentos em habitação de interesse social.



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Proposta nº8

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Emenda Modificativa:

42. O plano de promoção da função social nos imóveis da União **ocupados informalmente por população de baixa renda**, vazios ou subutilizados para fins de habitação de interesse social deve envolver, além do Ministério das Cidades, a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, e visar eliminar os bloqueios burocráticos.

Proposta nº9

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Emenda Modificativa:

(item 5: Aspectos legais para o Desenvolvimento Urbano para concretização do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU)

48. O Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano é um anseio da sociedade civil e reforça uma estratégia de implantação da cultura do planejamento nos 5600 municípios brasileiros. No presente momento, a cidade é tema de debate nacional e a expectativa da posse dos novos prefeitos em 2013, reforça a preocupação da organização desta Conferência, em estabelecer um pacto pela aprovação do marco regulatório do desenvolvimento urbano no país. Desde 2003, **com a posse do Presidente Lula**, temos vivido um novo momento para o debate urbano. Tivemos uma campanha de veiculação da necessidade de elaboração de planos diretores e da articulação destes marcos regulatórios municipais da Política Habitacional, de Mobilidade e de Saneamento. Entretanto, carecemos de uma melhor articulação entre estas políticas setoriais e um rebatimento direto das mesmas nos Planos Diretores Municipais e regionais. Os movimentos sociais de reforma urbana, organizados em todo o país, se articulam neste momento para consolidar as conquistas do Estatuto das Cidades, com a implantação nos municípios, da gestão urbana sustentável como uma meta real a ser debatida e incorporada no discurso dos novos governos locais, almejando-se um horizonte muito próximo de implantação.



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

2ª Parte: Texto de Apresentação das Prioridades do Ministério das Cidades para a Política de Desenvolvimento Urbano

Proposta nº1

Prioridade (1) de 1 até 10

Tema: Planejamento urbano e ordenamento territorial

Controlar a verticalização buscando um equilíbrio entre o adensamento e o déficit habitacional da cidade a partir de critérios técnicos, paisagísticos, históricos e artísticos.

Proposta nº2

Prioridade (2) de 1 até 10

Tema: Planejamento urbano e ordenamento territorial

Investir na criação de transporte fluvial e outras formas de transportes públicos (a exemplo de VLT e intermóveis) para as cidades.

Proposta nº3

Prioridade (3) de 1 até 10

Tema: Mobilidade urbana

Garantir na política pública nacional de transportes a adequação dos terminais e os ônibus para acesso à pessoa com deficiência e com mobilidade reduzida, e idosos e idosas, com sinalização em Braille, e pontos e terminais bem iluminados.

Proposta nº4

Prioridade (4) de 1 até 10

Tema: Saneamento

Garantir que todas as obras na cidade desenvolvam a gestão e implementação integrada do saneamento ambiental alinhado aos planos urbanísticos existentes e articular com os diversos componentes como: abastecimento de água, a coleta e tratamento adequado dos esgotos, a coleta e a disposição final de resíduos sólidos, a drenagem urbana, arborização urbana e o controle de vetores.



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Proposta nº5

Prioridade (5) de 1 até 10

Tema: Habitação

Garantir a construção e outras formas de oferta de moradias para as populações de baixa renda, que estejam em situação de risco de acidentes socioambiental, incluindo mulheres em situação de violência e desabrigoamento, egressas do sistema penitenciário, famílias atendidas pelo auxílio moradia, e cadastradas pelos governos municipais e estaduais sem auxílio, a partir da criação de um fundo permanente, garantido pelo Ministério das Cidades.

Proposta nº6

Prioridade (6) de 1 até 10

Tema: Mobilidade urbana

Garantir na política pública nacional de trânsito todos os semáforos com automação semafórica, sinalização decrescente e sonora, sincronizados, acessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, definindo metas e prazos de execução até 2014.

Proposta nº7

Prioridade (7) de 1 até 10

Tema: Saneamento

Universalizar os serviços de coleta e tratamento de esgoto, priorizando as áreas de baixa renda, morros e córregos.

Proposta nº8

Prioridade (8) de 1 até 10

Tema: Planejamento urbano e ordenamento territorial

Investir em melhorias e manutenção da infraestrutura urbana, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, iluminação, drenagem, arborização urbanística, e segurança.



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Proposta nº9

Prioridade (9) de 1 até 10

Tema: Habitação

Requalificar as áreas centrais de cidades e centros secundários, assegurando imóveis para produção de habitação de interesse social e consolidando os assentamentos informais, a partir de implementação de infraestrutura e regularização fundiária.

Proposta nº10

Prioridade (10) de 1 até 10

Tema: Planejamento urbano e ordenamento territorial

Ampliar as áreas para esporte e lazer, aproveitando-se as existentes e utilizadas pelas comunidades promovendo a preservação, requalificação, tombamento e desapropriação.



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

3ª Parte: Texto de Apresentação para Discussão das Prioridades Municipais e Estaduais para a Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016

Os textos a seguir foram elaborados e apresentados pela Comissão Preparatória da 5ª Conferência Municipal do Recife para servir de subsídio às discussões dos Grupos de Trabalho voltados à elaboração e apresentação de prioridades para as políticas estadual e municipal.

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Sob o tema "**Quem muda as cidades somos nós: Reforma Urbana já!**", a 5ª Conferência Municipal do Recife tem como principal finalidade avançar na construção da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano e, a partir dela, apontar prioridades de atuação da Prefeitura da Cidade do Recife. Em alinhamento com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, para efeitos dessa Conferência entende-se como **Participação e Controle Social, como assim define o plano Diretor do Recife**, "a gestão democrática entendida como o processo decisório, no qual há a participação direta dos cidadãos individualmente ou através das suas organizações representativas na formulação, execução e controle da política urbana, garantindo:

- I - a transparência, a solidariedade e a justiça social;
- II - a ampliação e a consolidação do poder dos cidadãos e de suas organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações, através de instâncias representativas;
- III - a consolidação e o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão das políticas públicas integradas e descentralização das ações do governo municipal;
- IV - processos contínuos de capacitação e informação em conjunto com a sociedade civil sobre políticas públicas, planejamento, gestão e controle social; e,
- V - a instituição de canais e mecanismos para avaliação e monitoramento do Plano Diretor.

1. PRINCIPAIS DESAFIOS A SUPERAR

1.1 Para a maior integração e gestão democrática das políticas urbanas, efetividade do Conselho da Cidade:

- a) Como assegurar uma gestão democrática efetiva e que garanta a integração das políticas, garantindo a participação da sociedade civil no planejamento, acompanhamento, controle social e avaliação das ações?
- b) Que arranjo institucional é necessário para garantir essa integração e o alinhamento de Recife ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano?
- c) Como garantir a efetividade das deliberações do Conselho da Cidade?
- d) Como articular conferências e conselhos que tratem das políticas urbanas e áreas afins?
- e) Que matérias deveriam ser objeto de audiências públicas obrigatoriamente?

1.2 Para a revisão/definição de proporcionalidade, critérios de representatividade e atribuições da no Conselho da Cidade e demais conselhos municipais relacionados à temática do desenvolvimento urbano:



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

- a) Como assegurar a integração e coordenação dos processos de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano e ambiental, considerando a sobreposição de atribuições dos conselhos de gestão democrática referentes às políticas de desenvolvimento urbano?
- b) Como pode ser a composição desses conselhos, e as formas de renovação?
- c) Como esse conselho pode contribuir no momento de concepção de empreendimentos de interesse de do desenvolvimento urbano, além dos momentos de validação?
- d) Que atribuições terá o Conselho da Cidade?
- e) Como será o processo de transição até sua criação e implementação?

1.3 Para a ampliação da transparência ativa e garantia de acesso à informação de planos, projetos e processos propostos pelos governos, e aqueles sob a análise do poder público municipal:

- a) Como melhorar a organização e a apresentação das informações de modo a aumentar a compreensão do cidadão?
- b) Como integrar e tornar mais eficiente o Sistema de Informação Municipal Urbano e Ambiental?
- c) Como disponibilizar as informações geradas a partir deste sistema ao público em geral, garantido a efetividade da Lei Federal de Acesso à Informação?
- d) Como centralizar as informações em um portal único, com interface amigável?
- e) Como democratizar as discussões sobre o orçamento público municipal?

SANEAMENTO AMBIENTAL

Sob o tema "Quem muda as cidades somos nós: Reforma Urbana já!", a 5ª Conferência Municipal do Recife tem como principal finalidade avançar na construção da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano e, a partir dela, apontar prioridades de atuação da Prefeitura da Cidade do Recife. Em alinhamento com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, para efeitos dessa Conferência entende-se como **Saneamento Ambiental** a disponibilidade de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta, tratamento e disposição final), manejo de águas pluviais urbanas e controle de enchentes.

1. DESAFIOS A SUPERAR

1.1 Para assegurar a regularidade, universalidade e qualidade dos serviços de saneamento ambiental, com redução dos impactos ao meio ambiente e garantia de qualidade de vida aos cidadãos (ã) devem-se priorizar as seguintes questões:

- a) A integração dos serviços do saneamento ambiental constitui uma premissa para garantir melhorias na prestação dos serviços. Como assegurar a integração desta política considerando as instâncias federativas estaduais e municipais?
- b) Quais as prioridades para garantir a universalidade e qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza públicas?
- c) Como assegurar a gestão de qualidade dos sistemas de esgotamento sanitários existentes e dos novos a serem implantados na cidade do Recife?
- d) O Plano municipal de Saneamento Básico (Art. 19 da Lei Federal 11.445/2007) e o Plano Setorial de Macrodrenagem (artigo 61 do Plano Diretor da Cidade do Recife) indicarão objetivos, metas, programas e projetos de intervenções estruturais, medidas de controle,



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

- monitoramento e critérios para o uso do solo compatível com os serviços de saneamento integrado. Como assegurar a integração, implantação e gestão sustentável desses Planos?
- e) A ação integrada para o tratamento dos resíduos sólidos considerando a limpeza urbana; educação ambiental; redução, reutilização, coleta seletiva com inclusão dos catadores de materiais recicláveis; tratamento e disposição final adequada dos resíduos constituem uma premissa da Política Nacional para a gestão desses serviços no âmbito municipal. Sobre esta questão quais as prioridades que devem ser tomadas para implantação desta política na cidade do Recife?

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

Sob o tema "Quem muda as cidades somos nós: Reforma Urbana já!", a 5ª Conferência Municipal do Recife tem como principal finalidade avançar na construção da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano e, a partir dela, apontar prioridades de atuação da Prefeitura da Cidade do Recife. Em alinhamento com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, para efeitos dessa Conferência entende-se como **Mobilidade e Acessibilidade**, o que define o Plano Diretor do Recife em seus Art. 66 que trata:

- I - acessibilidade urbana: a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos e demais elementos urbanos, assim como dos meios de transportes e dos dispositivos e sistemas de comunicação e informação;
- II - mobilidade urbana: a função pública destinada a garantir a circulação das pessoas e bens no espaço urbano, utilizando para isto veículos, vias e toda a infraestrutura urbana de maneira efetiva, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável;

1. DESAFIOS A SUPERAR

Como garantir a efetividade das diretrizes do Sistema de Mobilidade Urbana do Recife (artigo 74 do Plano Diretor do Recife) entre elas:

Como garantir que os espaços públicos, edificações, equipamentos, mobiliário e elementos urbanos, assim como os meios de transporte e os sistemas de comunicação e informação sejam ou se tornem acessíveis a todas as pessoas, em especial às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida?

1.1 Para aumentar as alternativas de deslocamento na cidade:

- a) Como aumentar a integração entre modais de transporte na cidade?
- b) Como ampliar a infraestrutura para considerando os diversos modais de transporte na cidade?
- c) Como ampliar a mobilidade nas áreas de morros do Recife?
- d) Como estimular na população a aceitação e o maior uso do transporte público e de modais não motorizados?
- e) Como aumentar a participação e melhorar o funcionamento de espaços institucionais de planejamento e gestão da mobilidade urbana?
- f) Como proporcionar maior segurança aos modos não motorizados na cidade?

1.2 Para reduzir as necessidades de deslocamento na cidade:



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

- a) Como repensar a ocupação do solo urbano para aumentar a diversidade de usos?
- b) Como criar mecanismos para estímulo do uso misto, inclusive nos centros secundários e centros locais do Recife?
- c) Como descentralizar os serviços públicos essenciais na cidade?
- d) Como assegurar construção de moradias de interesse social próximas às áreas de maior dinâmica econômica da cidade?

HABITABILIDADE

Sob o tema "Quem muda as cidades somos nós: Reforma Urbana já!", a 5ª Conferência Municipal do Recife tem como principal finalidade avançar na construção da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano e, a partir dela, apontar prioridades de atuação da Prefeitura da Cidade do Recife. Em alinhamento com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, para efeitos dessa Conferência entende-se como **Habitabilidade**. A habitação adequada deve ser habitável, em termos de prover os habitantes com espaço adequado e protegê-los do frio, umidade, calor, chuva, vento ou outras ameaças à saúde, riscos estruturais e riscos de doença. A segurança física dos ocupantes deve ser garantida.

1. DESAFIOS A SUPERAR

1.1 Para ampliar e melhorar as condições de habitabilidade, considerando a oferta de habitação de interesse social e melhoria da qualidade dos espaços urbanos devendo-se priorizar as seguintes questões:

- a) Como proporcionar um aumento exponencial de qualidade urbana, considerando a ampliação da oferta e a qualificação dos espaços públicos, a conservação e ampliação da cobertura vegetal de modo a garantir maior conforto no ambiente urbano?
- b) Como introduzir inovações nos instrumentos de regulação urbana para melhorar o desempenho ambiental das edificações?
- c) Como garantir a elaboração do Plano Municipal de Habitação (Lei Federal 11.124/2005) a partir de diagnóstico sobre as necessidades habitacionais, déficit, situações de risco, acesso ao solo urbano de forma democrática, estabelecendo prioridades e metas de atendimento?
- d) Como garantir a instituição das Zonas Especiais de Interesse Social II - ZEIS II, áreas de programas Habitacionais de Interesse Social, a consolidação dos assentamentos ocupados pela população de baixa renda?
- e) Como melhorar a gestão e ampliar a regularização fundiária das ZEIS e dos conjuntos existentes?
- f) Como criar mecanismos para fortalecimento dos arranjos produtivos locais e regulação do uso misto nas áreas de interesse social? Como garantir a integração das diversas classes sociais em áreas centrais e já dotadas de infraestrutura urbana?
- g) Como regulamentar, implementar ou proporcionar a criação de instrumentos que estimulem a ocupação de estoques construídos ociosos ou subutilizados?



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Sob o tema "Quem muda as cidades somos nós: Reforma Urbana já!", a 5ª Conferência Municipal do Recife tem como principal finalidade avançar na construção da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano e, a partir dela, apontar prioridades de atuação da Prefeitura da Cidade do Recife. Em alinhamento com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, para efeitos dessa Conferência entende-se como **Planejamento Territorial**. O ordenamento territorial que visa à construção de uma sociedade justa, fisicamente ordenada, ambiental e economicamente sustentável, pressupondo o conhecimento aprofundado da realidade, em que sejam consideradas as especificidades, os principais problemas e as potencialidades do espaço urbano.

1. DESAFIOS A SUPERAR

1.1 Para adequar e implementar as legislações urbanísticas visando um desenvolvimento sustentável da cidade e o cumprimento das funções sociais e da propriedade devem ser consideradas as seguintes questões:

- a) Como articular os instrumentos de gestão e produção do espaço urbano municipal com a dinâmica e instrumentos metropolitanos assegurando o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade e a implementação das diretrizes e instrumentos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor?
- b) Como garantir a revisão da LUOS em função das diretrizes, instrumentos e parâmetros estabelecidos no Plano Diretor e regulamentar os instrumentos do Estatuto da Cidade, promovendo uma efetiva regulação da ocupação do solo, como forma de controlar o adensamento em áreas sem capacidade de ampliação da infraestrutura? E por outro lado, como incentivar a ocupação em áreas com dotação de serviços de infraestrutura?
- c) Como garantir a preservação e recuperação das regiões de interesse histórico e ambiental?

1.2 Para articular o desenvolvimento urbano, a inclusão socioeconômica e a conservação integrada do território:

- a) Como orientar a distribuição adequada das atividades urbanas garantindo a multiplicidade de usos nas diversas partes do território compatíveis com a capacidade da infraestrutura e com as condições ambientais, fortalecendo a descentralização econômica?
- b) Como promover a requalificação e a dinamização das áreas de centralidades, centros secundários e eixos de atividades múltiplas?
- c) Como assegurar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico do Recife, que definirá critérios locacionais, priorizando as Zonas de Dinamização Econômica e promover a regularização e regulamentação das atividades econômicas?

1.3 Para melhorar a gestão de riscos e resposta a desastres no Recife:

- a) Como garantir o controle urbano e a atuação eficiente da defesa civil, em áreas de risco com forte impacto ambiental (encostas, áreas alagáveis, etc.), a partir de um plano de prevenção e de um sistema de defesa civil?
- b) Como recuperar essas áreas de risco e inseri-las numa nova dinâmica de desenvolvimento urbano, assegurar a recuperação do ambiente degradado natural e construído, em especial nos locais onde haja ameaça à segurança humana?



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

1.4 Para assegurar o direito à cidade para toda a população:

- a) Como assegurar a integridade do patrimônio cultural, ambiental e social da cidade diante da intensa dinâmica de apropriação do solo ocorrida nos últimos anos?
- b) Como assegurar a justa distribuição do processo de urbanização inibindo a utilização inadequada e a retenção especulativa de imóveis e adequando e direcionando a oferta de infraestrutura e serviços urbanos aos diferentes usos?
- c) Como garantir a resolução de conflitos fundiários causados por entes públicos ou privados, tendo em vista a garantia da função social da propriedade e dos direitos da população?

Proposições dos Grupos de Trabalho

Prioridades para as políticas Municipais

Eixo Temático 1: Participação e Controle Social

Prioridade 1: Divulgação ampla, nas instituições, grupos organizados, ONGs e escolas, na realização de pré conferências nas Microrregiões das RPAs como preparação para a Conferência Municipal.

Prioridade 2: Realização prévia de audiência pública obrigatória, desde a fase preliminar do projeto, para todos os empreendimentos de impacto definidos no Plano Diretor, planos urbanísticos, projetos de lei na temática do desenvolvimento urbano e grandes obras públicas.

Prioridade 3: Realização de consulta pública sobre o projeto de lei que irá criar o Conselho da Cidade, com publicação da minuta na internet e recebimento de sugestões.

Prioridade 4: Eleger na V Conferência da Cidade uma comissão de criação do Conselho Municipal da Cidade com a composição e proporcionalidade aprovadas, em um prazo de 90 dias, para formulação e envio do projeto de lei à câmara. Essa comissão deverá assumir o primeiro mandato do conselho até a realização da VI Conferência Municipal da Cidade.

Prioridade 5: Democratização do Orçamento Público Municipal e o acesso à informação, com divulgação ampla, assegurando a participação popular no processo de elaboração e discussão das políticas urbanas.

Prioridade 6: Criar e instalar o Conselho Municipal da Cidade, de forma a fortalecer a gestão democrática e participativa, tendo caráter deliberativo, propositivo e fiscalizador, formado por plenária e comitês técnicos (habitação, saneamento ambiental, transporte, mobilidade e acessibilidade, planejamento e gestão territorial e outros que sejam necessários), coordenados pelas secretarias e órgãos correspondentes e composto por 45 conselheiros (40% do poder público e 60% da sociedade civil).



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Prioridade 7: Incorporar as atribuições dos conselhos de Desenvolvimento Urbano, Conselho Municipal de Trânsito e de Transporte e Conselho Municipal de Saneamento aos comitês técnicos das respectivas temáticas do Conselho das Cidades.

Prioridade 8: Reformular, na Comissão de Criação do Conselho da Cidade, a lei que cria o Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social estabelecendo a vinculação com o Conselho da Cidade e revisando atribuições e composição.

Eixo Temático 2: Saneamento Ambiental

Prioridade 1: Construir e implementar uma política de educação ambiental abrangente, enfrentando o racismo ambiental, acessível e continuada, inclusive nos parâmetros curriculares do município, integrando diversos órgãos federais, estaduais e municipais, discutida e formulada com a sociedade, desenvolvendo campanhas de conscientização e atividades de capacitação, garantindo dotação orçamentária específica. (Todas as ações devem passar por uma instância permanente de controle e participação social)

Prioridade 2: Conclusão e requalificação do saneamento integrado da RPA-4.

Prioridade 3: Elaboração, divulgação, debates e aprovação com adequações propostas por um fórum, do Plano Municipal de Saneamento Básico, em atendimento a lei Nº11.445/ 2007, Artigo 19, até dezembro de 2013.

Prioridade 4: Fortalecer as instâncias de monitoramento, licenciamento, controle e fiscalização aos empreendimentos potencialmente poluidores, principalmente para as atividades industriais, hospitalares e de construção civil, repassando os indicadores com transparência à população de acordo com a lei federal de acesso à informação.

Prioridade 5: Valorização do trabalho desenvolvido por catadores e ONG's

Prioridade 6: Inserir um grupo de trabalho de saneamento ambiental no Conselho Municipal da Cidade.

Prioridade 7: Instituir uma agência reguladora que priorize e integre as ações voltadas a Saneamento Básico e Educação Ambiental

Prioridade 8: Implantar um programa de ação integrada para coleta seletiva (incluindo um sistema porta-a-porta), eliminando pontos de confinamento, e assegurando o tratamento dos resíduos sólidos, com meta de universalização dos serviços, considerando a limpeza urbana, educação ambiental, redução, reutilização, coleta seletiva com inclusão das cooperativas de catadores e catadoras sob contrato no âmbito municipal, integrada com a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

Prioridade 9: Readequação e ampliação do sistema de drenagem de toda a cidade e do sistema de esgotamento sanitário já existente, principalmente na região central e nas áreas que não são atendidas do Recife, e que os empreendimentos privados custeiem as obras, além de criação de sistema de tratamento de esgoto, implementando a política de reuso da água em prédios públicos e/ou privados.



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Eixo Temático 3: Mobilidade e Acessibilidade

Prioridade 1: Realizar campanhas de educação e conscientização de ciclistas, pedestres e motoristas centradas no fato de que ciclistas e pedestres são vidas.

Prioridade 2: Acessibilidade em pontos estratégicos através de utilização de linguagem braile para pessoas com deficiência visual.

Prioridade 3: Implementação de uma política pública para discussão de uma nova forma e espaços para o comércio informal, seguindo as diretrizes do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo e usando ferramentas de geoprocessamento (GIS), com participação do Sindicato do Comércio Informal - SINTRACI e Sociedade Civil, como também a criação de uma legislação que regularize a profissão.

Prioridade 4: Com relação à construção de moradias verticais, o poder público deve regulamentar e incentivar o uso do comércio formal de pequeno porte, no térreo destas edificações, para aumentar a diversidade dos usos.

Prioridade 5: Incentivar o uso da bicicleta na cidade a partir da implementação de vias e faixas exclusivas, campanhas expressivas, bicicletários, atividades ciclísticas e apoio ao financiamento das bicicletas, bem como o estímulo à criação de vestiários.

Prioridade 6: Ampliar o controle de velocidade e as campanhas educativas de respeito ao ciclista, garantindo o cumprimento do Código de Trânsito e implantando programa de controle de 30km/h em vias locais.

Prioridade 7: Que a Prefeitura do Recife não reduza as calçadas e praças para beneficiar o automóvel (ampliando a pista de rolamento), requalificando-as para garantir a mobilidade e acessibilidade a todos e todas.

Prioridade 8: Garantir moradias de interesse social reformando imóveis em situação de abandono e esvaziados, no centro expandido, reduzindo a necessidade de deslocamento.

Prioridade 9: Voltar a realizar a Conferência de Trânsito e Transporte do Recife.

Prioridade 10: Implantar políticas educativas para acessibilidade com capacitação obrigatória para controladores de trânsito e condutores de transporte público, incluindo campanha informativa voltada para os condutores, para que respeitem as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, e conferindo certificação para o exercício da profissão.

Prioridade 11: Construir passarelas seguras, funcionais, iluminadas e com acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, visando prevenir atropelamentos e acidentes nas rodovias



5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO RECIFE
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

Eixo Temático 4: Habitabilidade

Prioridade 1: Elaborar o Plano Local de Habitação de Interesse Social até o final de 2013, e iniciar a sua implementação a partir de janeiro de 2014, garantindo a participação efetiva da população na sua elaboração.

Prioridade 2: Garantir percentual destinado ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, em diálogo com os setores interessados e o fortalecimento do conselho gestor do FMHIS com criação de uma câmara multidisciplinar e permanente no Conselho da Cidade, para monitoramento e fiscalização das obras de Habitação de Interesse Social, da implementação dos projetos técnico-sociais e das intervenções realizadas por moradoras e moradores, construindo assim um Plano e Fundo específicos para a manutenção da Habitação de Interesse Social pós-ocupação.

Prioridade 3: Garantir moradias para população de baixa renda que esteja em situação de risco socioambiental (encostas, alagados, insegurança social, ocupações e áreas em conflitos e famílias coabitantes) e das famílias atendidas pelo auxílio moradia; o recadastramento - observando as questões de raça/cor orientação sexual - e a regularidade do pagamento e a atualização do valor do auxílio moradia para 50% do Salário Mínimo; bem como definir prazo de entrega da moradia em, no máximo, 3 anos. Punir com a perda do imóvel o comprador irregular do imóvel dos programas de Habitação de Interesse Social, em favor das famílias cadastradas no programa.

Prioridade 4: Criação de lei específica para Habitação de Interesse Social - projetos urbanísticos, licenciamento e construção - que garanta a certificação de padrões de sustentabilidade e considere padrões dignos para a unidade habitacional, considerando: área mínima (50m²), ventilação, iluminação e área verde, espaços de lazer, quadras poliesportivas cobertas com refletores, campos de futebol, espaços de comércio no térreo dos prédios, creches e coleta seletiva, considerando as necessidades específicas de idosos, jovens, crianças e pessoas com deficiência, garantindo a participação efetiva das(os) moradoras(es) na elaboração dos projetos. Disponibilizar também espaços para cooperativas e empreendimentos populares para geração de trabalho e renda.

Prioridade 5: Fortalecer o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), garantindo e respeitando o cumprimento desta lei como instrumento fundamental da política de habitação, visando:

- I - Ampliar a dotação orçamentária do Fundo do PREZEIS, garantindo a elaboração e implementação dos planos urbanísticos e projetos básicos de esgotamento sanitário, pavimentação e drenagem das ZEIS;
- II - Transformar em ZEIS as comunidades em situação de vulnerabilidade social, consolidadas e em processo de consolidação;
- III – Garantir na estrutura administrativa municipal uma estrutura de e para funcionamento do Prezeis nos processos de gestão, urbanização e regularização fundiária (legalização da posse da terra).

Prioridade 6: Requalificar a área central da cidade e centros secundários, adequando imóveis ociosos para habitação de interesse social, consolidando os assentamentos existentes nessas áreas a partir de implementação de infraestrutura e regularização fundiária.



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Prioridade 7: Regularizar os assentamentos de baixa renda a partir da implementação dos instrumentos de regularização fundiária sustentável, previstos na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e na MP 2.220/2001 da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia.

Prioridade 8: Garantir, por parte do município e do estado, assistência técnica, social e jurídica gratuita para os beneficiários de projetos, melhorias e regularização fundiária em Habitação de Interesse Social.

Prioridade 9: Garantir a incorporação das experiências autogestionárias e associativas para construção e gestão de Habitação de Interesse Social na Política Habitacional Municipal, promovendo apoio técnico, capacitação profissional, bem como a contratação de mão-de-obra local na execução dos serviços.

Prioridade 10: Criação, na estrutura administrativa municipal, de Núcleo de Mediação de Conflitos e de Câmara Temática no Conselho da Cidade para acompanhamento de desapropriações e despejos.

Eixo Temático 5: Planejamento e Gestão Territorial

Prioridade 1: Elaborar e implementar um “Projeto de Cidade” baseado no Planejamento Territorial de longo prazo, contemplando:

- A. Planejamento participativo e democrático da cidade e do território através das instituições públicas e sociedade organizada com os instrumentos de projeção urbanística arquitetônica e paisagística, espacializando a cidade integralmente.
- B. Considerar a cidade do Recife como centro de serviços da área metropolitana, aperfeiçoar os mecanismos de integração urbana e metropolitana e estimular a criação de um Conselho de Integração das Cidades da RMR.
- C. Elaborar uma maquete física da cidade como elemento para o debate e espacialização dos desejos e interesses dos habitantes para identificar problemas e oportunidades.
- D. Regulamentar e implementar os instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor e revisar a LUOS.
- E. Fortalecer órgãos de planejamento público integrado do Recife e delegar a estes a coordenação do “Projeto de Cidade”.

Prioridade 2: Promover a preservação das áreas históricas e a sua recuperação através de uso pleno e racional do seu estoque imobiliário com especial atenção ao fomento do uso habitacional e atividades afins, bem como a preservação de áreas de interesse ambiental (tais como manguezais e matas ciliares) através da garantia da sua utilização e fruição plena voltada às atividades de lazer, educacionais e de pesquisa e manejo sustentável.

Prioridade 3: Oferecer melhor serviço e informação ao cidadão através do reaparelhamento dos órgãos de controle urbanístico, com a disponibilização de corpo técnico compatível com a especificidade de cada RPA, inclusive com a atuação educativa nos bairros.

Prioridade 4: Concluir e implantar os planos urbanísticos e de regularização fundiária das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Prioridade 5: Criar instrumentos de revisão periódicas eficientes para garantir a segurança e estabilidade dos imóveis e adequação ao Plano Diretor da Cidade.

Prioridade 6: Elaborar plano para garantir espaços urbanos seguros para mulheres, idosos, crianças e adolescentes, através de intervenções de requalificação e qualificação do território.

Prioridade 7: Sistematizar indicadores territorializados (usando como referência a Plataforma Cidades Sustentáveis) e criar mecanismos para torná-los públicos.

Prioridade 8: Elaborar plano urbanístico inclusivo para a região central do Recife e centros secundário, identificando edifícios degradados, abandonados e/ou aqueles possíveis de requalificação e utilização para diversos usos, evitando o processo de gentrificação.

Prioridade 9: Elaborar estudos para identificar áreas passíveis de alargamento das calçadas, permitindo arborização, caminhar contínuo e redução efetiva das velocidades dos veículos motorizados, bem como transformar o limite mínimo de vagas de automóveis exigido nas construções pela LUOS em limite máximo de veículos.

Prioridade 10: A observação e controle dos limites intermunicipais para a elaboração de planos de desenvolvimento e urbanização das áreas limítrofes e execução de atividades da Prefeitura do Recife nas mesmas.

Prioridades para as políticas Estaduais

Eixo Temático 1: Participação e Controle Social

Prioridade 1: Criar Fórum e Conselho para a RMR.

Eixo Temático 2: Saneamento Ambiental

Prioridade 1: Universalização dos serviços de coleta seletiva, através da gestão co-participativa, organização dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis e envolver os demais municípios da RMR, constituindo um consórcio metropolitano de gestão integrada dos resíduos sólidos, sobretudo na questão da destinação dos resíduos gerados, vinculadas às metas da PNRS.

Prioridade 2: Aumento do número de estações pluviométricas na RMR e de estações de monitoramento da qualidade do ar.



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Eixo Temático 3: Transporte e Mobilidade

Prioridade 1: Por conta da saturação dos terminais de integração do SEI (lotação excessiva) e procurando facilitar a integração entre ônibus-ônibus e ônibus-metrô para o passageiro, propõe-se a introdução do uso de bilhetagem eletrônica temporal, possibilitando até 04 (quatro) integrações no tempo de 3 (três) horas. Isso facilitaria, também, a integração sem necessariamente existir um gasto excessivo em infraestrutura como se faz no BRT ou VLT. Lembrando que a proposta não é uma crítica ao BRT ou VLT, mas uma alternativa à criação de corredores exclusivos do lado esquerdo e à integração em ônibus que estão fora da abrangência do BRT ou VLT.

Prioridade 2: Os Governos “desonerarem” a bicicleta para baratear a bicicleta para acesso da trabalhadora e o trabalhador poder fazer a aquisição.

Eixo Temático 4: Habitabilidade

Prioridade 1: Garantir moradias para população de baixa renda, moradores de rua, mulheres em situação de violência e desabrigo, que estejam em situação de risco socioambiental (encostas, alagados, insegurança social, ocupações e áreas em conflitos) a partir do programa federal Minha Casa, Minha Vida.

Prioridade 2: Garantir o cumprimento de lei estadual quanto à titularidade das moradias em nome das mulheres.

Eixo Temático 5: Planejamento e Gestão Territorial

Prioridade 1: Elaborar e promover uma política municipal e estadual de prevenção e mediação dos conflitos fundiários urbanos e rurais, indígenas e quilombolas, nos moldes da Política Nacional, para evitar situações de violência em ocupações urbanas e rurais.

Prioridade 2: Elaborar e implementar plano de regularização fundiária em áreas de baixa renda com metas, objetivos e orçamento com instituição do Núcleo Especializado da Defensoria Pública do Estado para a legalização e defesa da posse da terra.



**5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DO RECIFE**
QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
REFORMA URBANA JÁ



**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DAS CIDADES**

Delegados Eleitos para a Conferência Estadual

Número de Delegados Eleitos para a Conferência Estadual

Delegados eleitos para a Conferência Estadual (de acordo com o Regimento estadual)

- (16) do Poder Executivo Municipal
- (2) do Poder Legislativo Municipal
- (11) dos Movimentos Sociais e Populares
- (4) das Entidades de Trabalhadores
- (4) das Entidades Empresariais
- (3) das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa
- (2) das Organizações não Governamentais

42 - Total de delegados